

Alerta Legislação nº 51, de 19 a 24 dez. 2016
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 763, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016**
Altera a [Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990](#), para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 761, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016**
Altera o Programa de que trata a [Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015](#), para denominá-lo Programa Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de vigência.
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016**
Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências.
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 754, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016**
Altera a [Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003](#), que define normas de regulação para o setor farmacêutico.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
23/12/2016	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 763, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 762, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 761, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera o Programa de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015, para denominá-lo Programa Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de vigência. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 760, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.940, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Concede indulto natalino e dá outras providências.
22/12/2016	<u>DECRETO Nº 8.939, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 8.795, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre a realização, no exercício de 2016, de despesas inscritas em restos a pagar não processados. <u>DECRETO Nº 8.938, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a doação de armas apreendidas aos órgãos de segurança pública e às Forças Armadas.
EDIÇÃO EXTRA 20/12/2016	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº - 753, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para dispor sobre compartilhamento de recursos. (Publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016, Edição Extra, Seção 1)
20/12/2016	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº - 758, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº - 757, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais e a Taxa de Serviços em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa e dá outras providências. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº - 756, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera os limites do Parque Nacional do Rio Novo, da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº - 755, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre a transferência direta de recursos financeiros do Fundo

	Penitenciário Nacional aos fundos dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 754, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico. <u>DECRETO Nº - 8.937, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Apêndice II do Acordo de Complementação Econômica nº 55 (6PA-Ap.II-ACE55), firmado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos. <u>DECRETO Nº - 8.936, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. <u>DECRETO Nº - 8.935, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.
EDIÇÃO EXTRA 19/12/2016	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº - 753, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para dispor sobre compartilhamento de recursos. <u>DECRETO Nº - 8.934, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 8.928, de 9 de dezembro de 2016, que autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem na Região Metropolitana do Município de Recife, Estado de Pernambuco.
19/12/2016	<u>DECRETO Nº 8.933, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova o Programa de Dispendios Globais - PDG para 2017 das empresas estatais federais, e dá outras providências.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Senado Federal (SF)	<u>RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2016</u> Institui a Comenda Nise Magalhães da Silveira, a ser conferida pelo Senado Federal a personalidades que tenham oferecido contribuição relevante ao desenvolvimento de técnicas e condições de tratamento humanizado da saúde no Brasil.
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) → Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária <u>PORTARIA Nº 803, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u>

	(...) Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre, a área de 1.095,7494 ha (mil e noventa e cinco hectares, setenta e quatro ares, e noventa e quatro centiares), situada no Município Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. (...) <u>PORTARIA Nº 802, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Rosa, a área de 4.939,8757 ha (quatro mil, novecentos e trinta e nove hectares, oitenta e sete ares, cinquenta e sete centiares), situada no Município Macapá, no Estado Amapá. (...) CONSELHO DE GOVERNO → Comitê Executivo de Gestão <u>RESOLUÇÃO Nº 135, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a lista de autopeças constante do Anexo I da Resolução CAMEX nº 116, de 18 de dezembro de 2014. <u>RESOLUÇÃO Nº 134, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera para 0% e 2% (zero e dois por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-Tarifários. <u>RESOLUÇÃO Nº 133, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera para 2% (dois por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de Ex- Tarifários. <u>RESOLUÇÃO Nº 132, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Adequa concessão de redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do Mercosul ao Sistema Harmonizado 2017.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios e procedimentos para importação de artigo regulamentado, destinado exclusivamente à pesquisa científica e experimentação, independente do meio e modalidade de transporte. (...) SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Estabelecer os critérios e procedimentos necessários para as alterações de registro de produto de uso veterinário de natureza farmacêutica e biológica. (...)

Ministério da Cultura (MinC)	AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 130, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Normatiza a utilização da logomarca e dos créditos textuais da ANCINE nos produtos realizados com recursos públicos federais da área audiovisual, e dá outras providências FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE) ↳ Diretoria Executiva <u>PORTARIA Nº 323, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece as Metas Globais da Funarte e o Calendário de Eventos para o Sétimo Ciclo de Avaliação da GDAC.
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) ↳ Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) <u>PORTARIA DECEA Nº 277/DGCEA, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Autoriza a emissão das Notas de Cobrança e das Guias de Recolhimento da União (GRU), relacionadas à cobrança dos preços referentes às Tarifas de Navegação Aérea, em favor do Núcleo do Grupamento de Apoio às Unidades do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (NuGAPCEA) e dá outras providências. ↳ Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA Nº 1.680/GC3, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova a reedição da ICA 36-14 "Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados". <u>PORTARIA Nº 1.679/GC3, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova a reedição do Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial. <u>PORTARIA Nº 1.677/GC3, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova a reedição do Regulamento do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. <u>PORTARIA Nº 1.660/GC3, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui o Curso de Altos Estudos Militares no âmbito do Comando da Aeronáutica. COMANDO DA MARINHA (CM) ↳ Diretoria-Geral de Navegação (DGN) ↳↳ Diretoria de Portos e Costas (DPC) <u>PORTARIA Nº 412/DPC, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera as Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas - NORMAM-03/DPC. ↳ Gabinete do Comandante (GABMAR) <u>PORTARIA Nº 388/MB, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Declara o caráter militar das atividades desenvolvidas no âmbito do Depósito de Combustíveis da Marinha no Rio de Janeiro (DepCMRJ), previstas para o preparo e o emprego da Marinha do Brasil (MB).

GABINETE DO MINISTRO (GM)

PORTARIA NORMATIVA Nº 26, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

Estabelece o Calendário Anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC.

PORTARIA NORMATIVA Nº 25, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

(...)

Art. 1º As regras de seleção dos estudantes a serem financiados com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, no primeiro semestre de 2017, passam a ser regidas pelo disposto nesta Portaria, nos termos do art. 3º, § 1º, inciso I, da [Lei nº 10.260, de 2001](#).

(...)

PORTARIA Nº 1.470, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Institui Grupo de Trabalho para discutir medidas de simplificação administrativa sobre matérias correlatas ao Ministério da Educação e suas entidades vinculadas e supervisionadas.

PORTARIA NORMATIVA Nº 24, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera a Portaria Normativa MEC no 18, de 1º de agosto de 2013.

PORTARIA NORMATIVA Nº 23, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera dispositivos da Portaria Normativa MEC no 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 2010, para efeitos imediatos nos processos de cálculo e divulgação dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, a partir da edição de 2015.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE)

→ **Secretaria Executiva**

PORTARIA 1.935, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

Institui Grupo de Trabalho para elaboração e consolidação do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MEC, relativo ao exercício de 2016 com observância às diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

PORTARIA Nº 238, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Outorga o Grande Prêmio Capes de Tese - Edição 2016, teses defendidas em 2015.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Estabelece os procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e para o pagamento de bolsas aos voluntários que atuem no Programa Brasil Alfabetizado a partir do ciclo de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera as Resoluções nºs 10, de 18 de abril de 2013, e 16, de 9 de dezembro de 2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE), e dá outras providências.

→ **Conselho Deliberativo (CD)**

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016 (*)

Estabelece os procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e para o

	pagamento de bolsas aos voluntários que atuem no Programa Brasil Alfabetizado a partir do ciclo de 2016. <i>(*) Republicada por ter saído, no DOU, de 19/12/2016, Seção 1, página 25, com incorreção no original.</i> INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 624, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece os procedimentos de dispensa de participação no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2016. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA Nº 24, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Resultado da adesão do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, com recursos de programa federal, conforme Resolução CD/FNDE nº 7, de 3 de novembro de 2016.
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.548, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o primeiro trimestre de 2017. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.547, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Ajusta as normas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais), de que trata o Capítulo 16 (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro) do Manual de Crédito Rural (MCR). <u>RESOLUÇÃO Nº 4.546, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Autoriza o cumprimento, com operações de investimento rural, do subdirecionamento a taxas favorecidas da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), disciplinado na Seção 6-7 do Manual de Crédito Rural (MCR). <u>RESOLUÇÃO Nº 4.544, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Ajusta as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). → Área de Regulação - Departamento de Regulação do Sistema Financeiro <u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.796, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Cria, altera e exclui títulos e subtítulos contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) para registro e controle das obrigações de instituições em liquidação. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) <u>INSTRUÇÃO Nº 583, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o exercício da função de agente fiduciário. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) <u>ATO COTEPE/ICMS Nº 38, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera o Ato COTEPE/ICMS 26/16, que divulga a relação dos contribuintes credenciados para fins do disposto no § 1º da cláusula segunda-A do Protocolo ICMS 55/13.

	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>PORTARIA Nº 1.714, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece parâmetros para indicação das pessoas jurídicas a serem submetidas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado e especial no ano de 2017. <u>PORTARIA Nº 1.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece parâmetros para indicação de pessoas físicas a serem submetidas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado no ano de 2017. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.678, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Instrução Normativa SRF nº 228, de 21 de outubro de 2002, que dispõe sobre procedimento especial de verificação da origem dos recursos aplicados em operações de comércio exterior e combate à interposição fraudulenta de pessoas, e a Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011, que estabelece procedimentos especiais de controle, na importação ou na exportação de bens e mercadorias, diante de suspeita de irregularidade punível com a pena de perdimento. <u>ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 14, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o percentual a ser aplicado sobre a receita bruta para determinação da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido nas operações de recapeamento e reforma de pneumáticos usados mediante encomenda de terceiros. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN) <u>PORTARIA Nº 841, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no exercício de 2017 e dá outras providências.
Ministério da Integração Nacional (MI)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 452, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre as competências do Órgão Gestor dos Fundos de Investimentos da Amazônia - FINAM e do Nordeste - FINOR e disciplina os procedimentos de análise e aprovação dos processos de sua competência. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016 (*)</u> Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. (*) Republicada por ter saído, no DOU de 21/12/2016, Seção 1, pág. 87., com incorreção no original. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados

	e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências.
Ministério da Justiça e Cidadania	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE) <u>PORTARIA Nº 351, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece as competências e os procedimentos para atendimento a pedidos de informação no âmbito da Lei de Acesso a Informação. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS <u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016</u> Aprova Relatório sobre Violações de Direitos Humanos na Mídia Brasileira, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH. <u>RESOLUÇÃO Nº 9, DE 12 DE AGOSTO DE 2016</u> Aprova Relatório sobre Defensores de Direitos Humanos Ameaçados no Estado de Rondônia, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH. <u>RESOLUÇÃO Nº 8, DE 12 DE AGOSTO DE 2016</u> Aprova Relatório sobre os Direitos dos Povos Indígenas e das Comunidades Quilombolas na Região Sul do Brasil, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.780, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Publica a listagem de propostas de Construção, Reforma e Ampliação de Centro Especializado em Reabilitação (CER) e de Construção de Oficina Ortopédica Fixa inabilitadas no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. <u>PORTARIA Nº 2.777, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a prorrogação de prazo para a execução e conclusão de obra de Centro Especializado em Reabilitação (CER) e Oficina Ortopédica Fixa no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. <u>PORTARIA Nº 2.775, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui o Comitê encarregado de elaborar e conduzir o componente do setor saúde do Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos (CIPAN), no âmbito do Ministério da Saúde. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 417, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o Plano de Recuperação Assistencial e sobre o regime especial de Direção Técnica, no âmbito do mercado de saúde suplementar, revoga a RN nº 256, de 18 de maio de 2011, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 416, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o Monitoramento do Risco Assistencial sobre as

operadoras de planos de assistência à saúde.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

↳ **Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários**

↳↳ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.406, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os produtos sujeitos à vigilância sanitária, fabricados por JFL BATISTA PRODUTOS COSMÉTICOS LTDA.-ME. (CNPJ 03.256.950/0001-70), localizada à Rua Inob, n.º 89, Irajá, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.231-010.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.404, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos Aspiradores Cirúrgicos e Nebulizadores fabricados sem registro/ cadastro na Anvisa pela empresa MRM Equipamentos e Serviços Hospitalares Ltda – Me (CNPJ: 20.920.517/0001-06).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.402, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso, dos produtos Mag 3 T CECBRA Aparelho de Magnetoterapia de Baixa Frequência e Stim 4 CECBRA - Aparelho de Corrente Russa Portátil com 5 Canais, fabricado pela empresa CECBRA Equipamentos Eletrônicos para Medicina e Estética LTDA., (CNPJ: 11.857.412/0001-69), localizada na Rua Maria Umbelina da Silva, 580, bairro: Água Verde, Jaraguá do Sul - SC e distribuído pela empresa BCMED Equipamentos e Produtos para Saúde LTDA., (CNPJ: 15.549.204/0001-53), localizada na Rua Belarmino de Mendonça, 804, bairro: Centro, Foz do Iguaçu - PR.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.400, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto ÁGUA SANITÁRIA - Cloro Ativo, bem como de todos os produtos sujeitos à vigilância sanitária, embalados por Novo Horizonte Comércio de Produtos de Limpeza Ltda.-ME (CNPJ 17.007.119/0001-99), localizada à Rua José Agenor da Luz, s/n.º, Real Parque, Quadra 07, Lote 11, São José/SC, CEP 88.113- 317.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.398, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida acauteladora, a suspensão de todas as propagandas e publicidades que atribuam propriedades terapêuticas, de saúde ou funcionais não autorizadas, aos alimentos divulgados nos sítios eletrônicos <http://vitavale.com.br/>, <http://linolin.com.br/>, <http://www.nutridirect.com.br/>, <http://vivamilbrasil.com.br/> e <http://www.nutribrands.com.br/> sob responsabilidade da empresa NUTRIBANDS LTDA - CNPJ 06.934.638/0001-86, cujo endereço de

registro na Receita Federal do Brasil consta na Rua Padre Anchieta, 2310 14º andar - Bigorrilho, Curitiba/PR.
(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.397, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida acauteladora, a suspensão de todas as propagandas e publicidades que atribuam propriedades terapêuticas, de saúde ou funcionais não autorizadas, aos alimentos distribuídos/comercializados nos sítios eletrônicos <http://www.katigua.com.br/>, <http://transcendnutrition.com.br/> e <http://reggene.com.br/> sob responsabilidade da empresa NATU BELL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP (CNPJ 06.304.868/0001-61), cujo endereço de registro na Receita Federal do Brasil consta na Rodovia Fernão Dias 892,5 - Galpão - Bairro dos Pires, Extrema/MG.
(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.396, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Proibir a distribuição e comercialização, em todo território nacional, de todos os lotes do produto designado como "CHÁ MISTO SOLÚVEL EM CÁPSULAS" da marca THERMO RIPPED LEAN TEA GREEN TEA & WHITE TEA/ARNOLD NUTRITION, contendo extrato aquoso de chá verde e de chá branco, fabricado nos Estados Unidos da América por ARNOLD NUTRITION P.O. Box 223361 - Hollywood, FL 33022, e importado e distribuído no Brasil por NUTRIBANDS LTDA - CNPJ 06.934.638/0003-48, sito à Rua Rolândia, 94 em São José dos Pinhais/PR.
(...)

DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DOS PRODUTOS (DIPRO)

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 50, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Regulamenta a Resolução Normativa - RN nº 417, de 22 de dezembro de 2016, para dispor, em especial, sobre o Plano de Recuperação Assistencial, sobre o regime especial de Direção Técnica e sobre o Programa de Saneamento Assistencial no curso do regime especial de Direção Técnica, e revoga a Instrução Normativa - IN nº 33, 6 de julho de 2011, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 49, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre as medidas administrativas decorrentes da avaliação das operadoras de planos de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial, a que se refere a RN nº 416, de 22 de dezembro de 2016.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SCTIE)

PORTARIA Nº 49, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Torna pública a decisão de excluir os medicamentos antirretrovirais (ARV) fosamprenavir (FPV) 700mg, didanosina Entérica ddI EC 250mg e ddI EC 400mg do arsenal terapêutico de antirretrovirais para tratamento do HIV/Aids, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

	<u>PORTARIA Nº 48, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Torna pública a decisão de ampliar o uso do exame para tipificação do alelo HLA-B, para pessoas vivendo com HIV/Aids (PVHA) com indicação de uso do antirretroviral abacavir (ABC), no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 615, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece regras transitórias e complementares ao Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC <u>PORTARIA Nº 614, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Delegar, ao Secretário-Executivo desta Pasta, competências para: I - Estabelecer cronograma de atividades para execução de operações de saneamento, selecionadas na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2; (...)
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) → Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) → Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) → Divisão de Atos Internacionais (DAI) <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA "SISTEMAS DE PROPULSÃO EFICIENTE"</u> <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PREVENÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO DE INCÊNDIOS NO CERRADO (MÓDULO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA)</u>
Ministério de Minas e Energia (MME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 754, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova os Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - PROP&D e altera os Submódulos 2.7: Outras Receitas e 9.1: Revisão Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 749, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova a revisão 1 do do Submódulo 9.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata da metodologia de cálculo de preço teto da Receita Anual Permitida dos leilões de concessão de transmissão de energia elétrica no Brasil. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 755, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u>

	Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 753, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece a metodologia e os limites para os indicadores de continuidade DEC e FEC dos conjuntos de unidades consumidoras das permissionárias de distribuição de energia elétrica. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 751, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regula os procedimentos de homologação e fiscalização dos custos administrativos, financeiros e tributários (CAFTs) incorridos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na gestão de contas setoriais. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO nº 53, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme apresentado na tabela em anexo, os preços de referência do gás natural produzido no mês de novembro de 2016, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 8º do Decreto n.º 2.705, de 03 de agosto de 1998. (...) <u>RESOLUÇÃO nº 52, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme apresentado na tabela em anexo, os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de novembro de 2016, para os campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997, na hipótese prevista no § 11 do art. 7º do Decreto n.º 2.705, de 03 de agosto de 1998, preços mínimos estes calculados conforme a Portaria n.º 206, de 29 de agosto de 2000. (...)
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA nº 344, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Determina o retorno dos peritos médicos previdenciários, supervisores médico-periciais e demais médicos cedidos para as unidades da Defensoria Pública da União, em todo o território nacional, interrompendo, temporariamente, a sua cessão, e dá outras providências. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO nº 23, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece normas gerais para a realização das conferências de assistência social em âmbito nacional, estadual e do Distrito Federal <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA nº 1, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016</u>

	Dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua e inclui o subitem 4.6, no item 4, do Capítulo III do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL → Comissão Intergestores Tripartite <u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Pactua a revisão do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho, instituído pela Resolução nº 18 de 24 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 328, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera as Portarias MDIC nº 113, de 15 de abril de 2013 e nº 257, de 23 de setembro de 2014, que estabelecem regulamentação complementar do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO, regulamentado pelo <u>Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012</u>, e dá outras providências. SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) <u>PORTARIA Nº 54, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova a 6ª Edição do Manual do Sistema de Drawback Isenção.
Ministério do Esporte (ME)	CONSELHO NACIONAL DE ESPORTE <u>RESOLUÇÃO Nº 49, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova critérios para a concessão de Bolsa Atleta aos atletas das modalidades não Olímpicas e não Paralímpicas.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>PORTARIA Nº 314, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Promover a Sexta Edição do Prêmio ANA, Prêmio ANA 2017, que será regulada pelas normas constantes dos Anexos a esta Portaria. (...) <u>RESOLUÇÃO Nº 1.595, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova o Detalhamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO Nº 1.594, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Permitir a realização da operação de <i>Pass Through</i> no reservatório da Usina Hidrelétrica de Aimorés, situada no rio Doce, em caráter excepcional, durante o período chuvoso de 2016-2017, com o objetivo de promover o deslocamento interno de sedimentos depositados, ao longo dos anos, partindo de zonas de montante para as zonas mais próximas ao eixo do barramento, reduzindo, assim, a linha d'água nos diques. (...)

	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 109, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Atualiza e aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Répteis e Anfíbios Ameaçados de Extinção na Serra do Espinhaço - PAN Herpetofauna da Serra do Espinhaço, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, espécies contempladas, período de atuação e procedimentos de implementação, supervisão e revisão. (Processo nº 02070.002932/2011-50). SECRETARIA EXECUTIVA <u>PORTARIA Nº 235, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre os procedimentos de Gestão de Documentos e Processos pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB) – Conselho Diretor <u>RESOLUÇÃO Nº 36, DE 21 DE DEZEMBRO 2016</u> Institui Programa de Incentivo aos Concessionários Florestais (Procof).
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 408, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Art. 1º Autorizar o Comando da Marinha a contratar, a partir de dezembro de 2016, o quantitativo máximo de 260 (duzentos e sessenta) profissionais por tempo determinado, nos termos do Anexo a esta Portaria e com dotação orçamentária específica, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. § 1º Os profissionais <u>PORTARIA Nº 409, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre as garantias contratuais ao trabalhador na execução indireta de serviços e os limites à terceirização de atividades, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais federais controladas pela União.
Ministério do Trabalho	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.429, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui Grupo de Trabalho para dispor sobre regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo. CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIg) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 124, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a transformação da condição migratória temporária de estudante para condição migratória temporária de trabalho.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF) <u>RESOLUÇÃO Nº 634, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico nos estágios curriculares supervisionados, obrigatórios ou não, do curso de Farmácia.

Liberais	
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
22/12/2016	<u>DECRETO Nº 62.333, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Autoriza a abertura de licitação e aprova o Regulamento da Concessão Onerosa dos Serviços Públicos de Exploração do Sistema Rodoviário definido por Lote Rodovias dos Calçados, na forma que especifica
21/12/2016	<u>DECRETO Nº 62.329, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, o Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Registro de Preços, denominado e-GRP, aprova o regulamento para sua utilização e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.328, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Extingue o Programa de Melhoria das Estradas Municipais – PRÓ ESTRADA e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.327, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera o Anexo II, a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 58.303, de 15 de agosto de 2012, que fixa, para as unidades de saúde dos órgãos e entidades que especifica, os limites de Plantões por mês dos integrantes das classes de Agente Técnico de Assistência à Saúde, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.326, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a oficialização das “Condecorações Audazes Bombeiros, Luz da Pátria”, instituídas pela Sociedade Veteranos de 32 - MMDC - Núcleo Escola Superior de Bombeiros - Tenente Coronel Álvaro Martins - “Audazes Bombeiros, Luz da Pátria” <u>DECRETO Nº 62.324, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a oficialização da Medalha de “Mérito Ana Terra” instituída pelo Núcleo Feminino de Apoio ao Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba <u>DECRETO Nº 62.323, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a oficialização da Medalha “Combatentes de 32” evocativa aos Combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932, instituída pelo Núcleo M.M.D.C - Atibaia “Soldado Bento Soares” <u>DECRETO Nº 62.322, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a outorga da “Medalha Ruth Cardoso”

SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA) → Instituto Agrônômico (IAC) <u>PORTARIA IAC - 28, DE 20-12-2016</u> Dispõe sobre o estabelecimento de normas para comercialização de produtos oriundos da programação de produção de sementes, definidos como subprodutos do beneficiamento da Unidade Básica de Sementes e do manejo de campos de rotação de cultura visando a produção de sementes pelas unidades do Instituto Agrônômico, e define critérios para o estabelecimento de preços
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC - 128, DE 19-12-2016</u> Dispõe sobre o tombamento de Edifícios da Antiga Fábrica da Companhia Gessy Industrial, situados à Rua Campos Salles, 20, em Valinhos <u>RESOLUÇÃO SC - 127, DE 19-12-2016</u> Dispõe sobre o tombamento da Residência José Mario Taques Bittencourt II, situada à Rua Votuporanga, 275, bairro Sumaré, no município de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SC - 126, DE 19-12-2016</u> Dispõe sobre o tombamento da Serra do Itaqui, nos Municípios de Santana de Parnaíba, Barueri e Itapevi <u>RESOLUÇÃO SC - 124, DE 14-12-2016</u> Dispõe sobre a seleção dos indicados para outorga do "Prêmio Governador do Estado para a Cultura de São Paulo – 2017", relativa à produção artística e cultural de 2016, conforme especifica e, fixa os valores e as modalidades de premiação
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS - 027, DE 22-12-2016</u> Altera a Resolução SEDS-009, de 16 de junho de 2015, que dispõe sobre a reprogramação do recurso e prorrogação das ações, referentes a fase de elaboração e execução de Projetos de Enfrentamento à Pobreza pelas Prefeituras Municipais que estão na fase denominada Além da Renda do Projeto São Paulo Solidário, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e dá providências <u>RESOLUÇÃO SEDS Nº 28, DE 21-12-2016</u> Cria o Núcleo Estadual de Educação Permanente no âmbito do SUAS em São Paulo com o fim de institucionalizar a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente

Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 72, DE 22-12-2016</u> Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério <u>RESOLUÇÃO SE 71, DE 22-12-2016</u> Dispõe sobre o atendimento escolar a alunos em ambiente hospitalar e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SE 68, DE 19-12-2016</u> Altera a Resolução SE 147, de 29-12-2003, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SE 70, DE 19-12-2016</u> Altera a Resolução SE 70, de 21-10-2011, que dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual <u>RESOLUÇÃO SE 69, DE 19-12-2016</u> Dispõe sobre o módulo de Diretor de Escola e de Vice-Diretor de Escola das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SE 67, DE 19-12-2016</u> Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2017 <u>RESOLUÇÃO SE 66, DE 19-12-2016</u> Altera a Resolução SE 77, de 6-12-2011, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - CEEJAs <u>RESOLUÇÃO SE 65, DE 19-12-2016</u> Altera a Resolução SE 75, de 30-12-2014, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador <u>RESOLUÇÃO SE 64, DE 19-12-2016</u> Altera a Resolução SE 3, de 28-1-2011, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 95, DE 15-12-2016(*)</u> Divulga os índices percentuais de participação dos municípios paulistas no produto da arrecadação do ICMS, para aplicação no exercício de 2017 (*) Publicado novamente por ter saído com incorreções COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00035, DE 21-12-2016</u> Altera dispositivo da Portaria Conjunta CAF-CCE-CO 1, de 27-01-2016(*) (*) estabelece procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira do exercício de 2016

	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>COMUNICADO CAT- 20, DE 20-12-2016</u> Divulga os valores em reais da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos e da Taxa de Defesa Agropecuária para o período de 1º de janeiro a 31-12-2017
Logística e Transportes (SLT)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA SUP/DER-64, DE 21-12-2016</u> Aprova a Norma para Concessão de Autorização Especial de Trânsito para Veículos ou Combinação de Veículos utilizados no transporte de carga indivisível e veículos especiais (2.1) (3.3)
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 102, DE 21-12-2016</u> Disciplina o procedimento para publicações dos licenciamentos ambientais para as atividades que especifica <u>RESOLUÇÃO SMA - 101, DE 21-12-2016</u> Altera dispositivo da Resolução SMA 82, de 14-10-2016, que estabelece os procedimentos e preços públicos a serem pagos em razão da utilização de áreas do Parque Dr. Fernando Costa, da Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por associações e outras entidades que já ocupavam essas áreas quando o Parque era gerido pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE (CBH-LN) <u>DELIBERAÇÃO CBH-LN - 172, DE 16-12-2016</u> Estabelece as diretrizes e os critérios para aplicação dos recursos do FEHIDRO destinados ao CBH-LN e revoga as deliberações anteriores que tratam do tema <u>DELIBERAÇÃO CBH-LN 171, DE 16-12-2016</u> Aprova o Plano de Ação para Gestão dos Recursos Hídricos da UGRHI 3 e respectivo Programa de Investimentos para o período 2016-2019 e revoga as deliberações anteriores que tratam do tema COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB) <u>DECISÃO DE DIRETORIA - 283/2016/C, DE 20-12-2016</u> Altera o Cronograma de Ações do Plano de Redução de Emissões de Fontes – PREFE de 2014, e dá outras providências <u>DECISÃO DE DIRETORIA - 281/2016/P, DE 20-12-2016</u> Dispõe sobre a necessidade da regularização do processo de revogação das Normas Técnicas Cetesb e dá outras providências
Transportes Metropolitanos (STM)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM 77, DE 20-12-2016</u> Autoriza a prática de tarifas promocionais nas Linhas Seletivas Especiais Expressas que atendem o Aeroporto Internacional de Guarulhos (<i>Airport Bus Service</i>)

Universidade de Campinas (UNICAMP)	CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) – Câmara de Administração <u>DELIBERAÇÃO DA 318ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 6-12-2016</u> Programa de Certificação da Universidade – Aprovada
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP 99, DE 21-12-2016</u> Dispõe sobre a criação e funcionamento da Rede Pró Indígena da Unesp para Extensão
Defensoria Pública do Estado (DPE)	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO (CSDP) <u>DELIBERAÇÃO CSDP 333, DE 16-12-2016</u> Altera a Deliberação CSDP 143, de 26-11-2009, que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
23/12/2016	PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 6, DE 2016, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Dispõe sobre transição de mandato pelos prefeitos e vereadores presidentes de Câmaras Municipais no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 23/12/2016, p. 4
	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 970, DE 2016</u> Classifica Buritama como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 23/12/2016, p. 7
	<u>PROJETO DE LEI Nº 969, DE 2016</u> Dispõe sobre a isenção da carga tributária do ICMS sobre equipamentos de adaptação, acessibilidade e locomoção para pessoas com deficiências físicas, mentais e visuais no âmbito do estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 23/12/2016, p. 7
	<u>PROJETO DE LEI Nº 968, DE 2016</u> Dispõe sobre a Proibição da Limitação de Dados em serviços de Banda Larga em todo o Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 23/12/2016, p. 7
	<u>PROJETO DE LEI Nº 966, DE 2016</u> Obriga a realização de exame oftalmológico para diagnóstico de miopia, astigmatismo, hipermetropia, daltonismo, ceratocone e demais patologias oculares em alunos matriculados no 6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, nas escolas da Rede Estadual de Ensino

	DOE, Legislativo, 23/12/2016, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 965, DE 2016</u> Assegura ao aluno diabético cardápio de alimentação escolar especial, adaptado à respectiva condição de saúde DOE, Legislativo, 23/12/2016, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 964, DE 2016</u> Obriga a realização do teste de glicemia capilar em alunos matriculados no 6º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio, nas escolas da rede estadual de ensino DOE, Legislativo, 23/12/2016, p. 6 <u>PROJETOS DE LEI, DO Nº 949 AO Nº 960, DE 2016</u> Autoriza o Estado a implantar o Programa Vila Dignidade nos Municípios de: Barra do Turvo, Sete Barras, Pedro de Toledo, Pariquera-Açu, Miracatu, Juquiá, Jacupiranga, Ilha Comprida, Eldorado, Cananeia, Cajati, Iguape, DOE, Legislativo, 23/12/2016, p. 5-6 <u>PROJETO DE LEI Nº 948, DE 2016</u> Obriga as concessionárias das rodovias do Estado de São Paulo a arcarem com as despesas médicas oriundas de acidentes ocorridos em suas respectivas rodovias. DOE, Legislativo, 23/12/2016, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 947, DE 2016</u> Classifica como de interesse turístico o Município de Cabreúva. DOE, Legislativo, 23/12/2016, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 945, DE 2016</u> Dispõe sobre a inclusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS na grade curricular da formação de educadores de Educação Especial - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA, no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 23/12/2016, p. 4
22/12/2016	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 51, DE 2016</u> Mensagem A-nº 113/2016, do Senhor Governador do Estado São Paulo, 21 de dezembro de 2016 Senhor Presidente Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que altera a Lei Complementar nº 898, de 13 de julho de 2001, que institui no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária a classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, e a Lei Complementar nº 959, de 13 de setembro de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da carreira de Agente de Segurança Penitenciária. (...) DOE, Legislativo, 22/12/2016, p. 5 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 944, DE 2016</u> Dispõe sobre a proteção da fauna nativa e exótica no Estado de São Paulo e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 22/12/2016, p. 8](#)

PROJETO DE LEI Nº 942, DE 2016

Classifica Apiaí como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 22/12/2016, p. 7](#)

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

COMUNICADO GP Nº 37/2016

Dispõe sobre a nova distribuição das áreas de fiscalização.

O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, COMUNICA

o remanejamento das áreas de fiscalização da Capital com vigência a contar do dia 1º de janeiro de 2017.

Seguem abaixo os quadros indicativos dos órgãos sujeitos à fiscalização e as correspondentes Diretorias e Unidades Regionais responsáveis.

Dúvidas poderão ser esclarecidas pelos telefones 3292-3672 e 3292-3676, lembrando, ainda, que papéis e documentos poderão ser protocolados na Capital ou em qualquer das Unidades Regionais, independente da jurisdição a que pertençam.

Publique-se.

GP, em 16 de dezembro de 2016.

DIMAS EDUARDO RAMALHO

PRESIDENTE

[DOE, Legislativo, 22/12/2016, p. 20](#)

COMUNICADO GP Nº 40/2016

O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, torna público levantamento efetuado em relação à tramitação de processos versando sobre Exames Prévios de Edital, contemplando:

1. REGRAS EDITALÍCIAS REITERADAMENTE IMPUGNADAS COM JULGAMENTO DE PROCEDÊNCIA E DETERMINAÇÃO DE CORREÇÕES
2. RESUMOS DAS DECISÕES PROFERIDAS A RESPEITO DAS MATÉRIAS QUE MAIS SE REPETIRAM DENTRE AS ACIMA ELENCADAS
3. EDITAIS DE LICITAÇÃO FREQUENTEMENTE QUESTIONADOS, ELENCADOS POR OBJETO.

Aludido repertório abrange as previsões editalícias mais comumente criticadas, as decisões proferidas e transitadas em julgado, com determinação de correções, e os números dos correspondentes processos.

Foram também relacionados os objetos licitatórios mais impugnados, acompanhados dos números dos respectivos processos, da relatoria e das datas de julgamento, possibilitando que se identifiquem nesses certames as questões mais relevantes.

As informações se referem ao período de julho a dezembro de 2015 e servirão de fonte de orientação aos jurisdicionados, como também aos Órgãos Técnicos da Casa, com o objetivo de aperfeiçoar o tratamento de tão importante assunto. Ademais, estarão disponíveis para consulta na Intranet e Internet (www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.

São Paulo, 20 de dezembro de 2016.

DIMAS EDUARDO RAMALHO

	PRESIDENTE DOE, Legislativo, 22/12/2016, p. 20
21/12/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 941, DE 2016</u> Classifica Jaguariúna como "Município de Interesse Turístico". DOE, Legislativo, 21/12/2016, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 939, DE 2016</u> Dispõe sobre incentivos à implantação de Sistemas de Produção Agroecológica pelos agricultores familiares no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 21/12/2016, p. 10 PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18, DE 2016</u> Dispõe sobre a suspensão condicional do procedimento disciplinar no âmbito da Assembleia Legislativa DOE, Legislativo, 21/12/2016, p. 11 PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2016</u> A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA: Artigo 1º - São consideradas regulares e ficam aprovadas as contas anuais apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício econômico-financeiro de 2015, consolidadas no Balanço Geral (...) DOE, Legislativo, 21/12/2016, p. 11 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO GP Nº 37/2016 Dispõe sobre a nova distribuição das áreas de fiscalização. O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, COMUNICA o remanejamento das áreas de fiscalização da Capital com vigência a contar do dia 1º de janeiro de 2017. Seguem abaixo os quadros indicativos dos órgãos sujeitos à fiscalização e as correspondentes Diretorias e Unidades Regionais responsáveis. Dúvidas poderão ser esclarecidas pelos telefones 3292-3672 e 3292-3676, lembrando, ainda, que papéis e documentos poderão ser protocolados na Capital ou em qualquer das Unidades Regionais, independente da jurisdição a que pertençam. Publique-se. GP, em 16 de dezembro de 2016. DIMAS EDUARDO RAMALHO PRESIDENTE DOE, Legislativo, 21/12/2016, p. 84
20/12/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 937, DE 2016</u> Classifica Guaraci como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 20/12/2016, p. 21 <u>PROJETO DE LEI Nº 936, DE 2016</u> Institui medidas para o enfrentamento da obesidade infantil.

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2016

Cria a Controladoria-Geral da Assembleia Legislativa e dá outras providências.

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

COMUNICADO GP Nº 37/2016

Dispõe sobre a nova distribuição das áreas de fiscalização.

O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, COMUNICA o remanejamento das áreas de fiscalização da Capital com vigência a contar do dia 1º de janeiro de 2017.

Seguem abaixo os quadros indicativos dos órgãos sujeitos à fiscalização e as correspondentes Diretorias e Unidades Regionais responsáveis.

Dúvidas poderão ser esclarecidas pelos telefones 3292-3672 e 3292-3676, lembrando, ainda, que papéis e documentos poderão ser protocolados na Capital ou em qualquer das Unidades Regionais, independente da jurisdição a que pertençam.

Publique-se.

GP, em 16 de dezembro de 2016.

DIMAS EDUARDO RAMALHO

PRESIDENTE

COMUNICADO GP Nº 36/2016

Fases III e IV do Sistema AUDESP

O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, COMUNICA a todos os órgãos e entidades jurisdicionados que, por meio de Comunicados desta Presidência, amplamente divulgados no DOE e na página oficial do Tribunal na internet, noticiou aos órgãos das esferas Estadual e Municipal a implantação das Fases III (Atos de Pessoal) e IV (Licitações, Contratos e Execução Contratual) do Sistema AUDESP.

Com a finalidade de oferecer aos jurisdicionados condições necessárias para efetuar remessa eletrônica das informações requeridas, este Tribunal realizou diversos treinamentos por meio da Escola Paulista de Contas Públicas, abriu canal de comunicação específico para solução de dúvidas e criou ambientes de testes para a simulação de encaminhamento de dados.

Contudo, recente levantamento revelou que número significativo de órgãos jurisdicionados, mormente da esfera Estadual, não efetuou remessa de informações nos prazos previstos.

Assim, considerando a baixa adesão verificada, faz-se o presente alerta aos órgãos jurisdicionados para que atendam integralmente às Instruções nº 02/2016 deste Tribunal, em especial, ao previsto no artigo 52, inciso IV, e artigo 76, parágrafo único, que tratam, respectivamente, do envio de informações das Fases III e IV do Sistema AUDESP, ficando cientes da possibilidade de aplicação de sanções decorrentes de seu descumprimento.

Eventuais dúvidas serão esclarecidas pela Divisão AUDESP por meio do canal "Fale Conosco", disponível na página <http://www4.tce.sp.gov.br/faleconosco-audesp>.

Publique-se.

GP, em 15 de dezembro de 2016.

DIMAS EDUARDO RAMALHO

	PRESIDENTE
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
24/12/2016	<u>LEI Nº 16.602, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (Projeto de Lei nº 380/14, da Vereadora Juliana Cardoso – PT) Dispõe sobre a permissão da presença de doula durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, bem como nas consultas e exames de pré-natal, sempre que solicitado pela parturiente, nas maternidades, hospitais e demais equipamentos da rede municipal de saúde. <u>DECRETO Nº 57.563, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a criação de escola municipal de educação infantil(*) (*) Distrito do Grajaú, vinculada à Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro SUPLEMENTO <u>INVENTÁRIO DA BIODIVERSIDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 2016</u>
23/12/2016	<u>LEI Nº 16.601, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (PROJETO DE LEI Nº 503/15, DO VEREADOR ARI FRIEDENBACH – PHS) Dispõe sobre a criação do Programa Museu Sensorial para Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida e dá outras providências. <u>LEI Nº 16.600, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (PROJETO DE LEI Nº 308/12, DO VEREADOR JAMIL MURAD – PC DO B) Determina a fixação de placa no cemitério Dom Bosco onde conste "Colina dos Mártires - neste cemitério o regime militar ocultou cadáveres de perseguidos políticos". <u>DECRETO Nº 57.562, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Introduz alterações no artigo 2º do Decreto nº 55.638, de 30 de outubro de 2014, que regulamenta a aplicação dos instrumentos indutores da função social da propriedade urbana no Município de São Paulo, em especial a notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios. <u>DECRETO Nº 57.561, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Confere nova redação ao artigo 20 do Decreto nº 57.299, de 8 de setembro de 2016, que regulamenta o procedimento eletrônico e simplificado para abertura, registro e alteração de empresas. <u>DECRETO Nº 57.560, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Atualiza, para o exercício de 2017, os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno constantes da Planta Genérica de Valores, o valor limite de metro quadrado de terreno de imóveis residenciais verticais e os valores das multas relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano, bem como concede desconto para pagamento à vista desse imposto.

	<u>DECRETO Nº 57.559, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis, mulheres transexuais e homens trans no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, conforme especifica.
22/12/2016	<u>LEI Nº 16.599, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (PROJETO DE LEI Nº 320/15, DA VEREADORA PATRÍCIA BEZERRA – PSDB) Dispõe sobre o direito de toda mulher à investigação, ao exame genético que detecta a trombofilia e ao respectivo tratamento, e dá outras providências. <u>LEI Nº 16.598, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (PROJETO DE LEI Nº 129/16, DO VEREADOR ALFREDINHO – PT) Institui o Programa Municipal de Fomento ao Circo para a Cidade de São Paulo e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 57.558, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regulamenta a aplicação de disposições da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, relativas ao parcelamento do solo. <u>DECRETO Nº 57.557, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regulamenta a Lei nº 15.939, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros, negras ou afrodescendentes no serviço público municipal. <u>DECRETO Nº 57.555, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova o Plano de Urbanização do assentamento denominado “Dona Deda”.
21/12/2016	<u>DECRETO Nº 57.550, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regulamenta a Lei nº 16.415, de 1º de abril de 2016, que instituiu o Programa Bolsa Mestrado ou Doutorado Educador.
20/12/2016	<u>DECRETO Nº 57.548, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Fixa os preços dos serviços prestados pelas Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo. <u>DECRETO Nº 57.547, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regulamenta o Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB, previsto pelos artigos 337 e seguintes da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico – PDE.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107